



PROCESSO Nº	:	182.093-1/2024
ASSUNTO	:	REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR CIVIL
UNIDADE	:	PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
INTERESSADAS	:	MARIANA GUERINI DRESCH SARTORI E A. L. D. S. (MENOR)
RELATOR	:	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

PARECER Nº 53/2025

EMENTA: REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR CIVIL. PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA. ALTERAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO PARA INCLUSÃO DAS DISPOSIÇÕES DA LC Nº 721/2022. RELATÓRIO TÉCNICO FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO REGISTRO. SANADAS AS IRREGULARIDADES. PARECER DESTE MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELO REGISTRO DOS ATOS RETIFICADORES, LEGALIDADE DA PLANILHA DE BENEFÍCIO E APENSAMENTO AOS AUTOS PRINCIPAIS (PROCESSO Nº 80.208-5/2021).

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos do **Ato nº 473/2022-PGJ**, que retificou em parte o **Ato nº 524/2021-PGJ**, que concedeu Pensão por Morte oriunda de Servidor Civil, em caráter vitalício, ao cônjuge, **Sra. Mariana Guerini Dresch Sartori**, inscrita sob o CPF nº 860.697.801-91, civilmente qualificada nos autos, e à menor de idade, **A. L. D. S.**, inscrita sob o CPF nº 100.519.751-22, devidamente representada por sua genitora, em razão do falecimento do ex-servidor Sr. Fábio José Sartori, civilmente qualificado nos autos, lotado na Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa, em Cuiabá/MT, ante o deferimento do pedido administrativo de recálculo da pensão, com a aplicação das disposições da Lei Complementar Estadual nº 721/2022, que já havia sido concedida à beneficiária, por meio do Ato nº 524/2021-PGJ, registrado pelo Acórdão nº 621/2022-PV – Proc. 80.208-5/2021.





2. Os autos foram encaminhados para o conhecimento da **5ª Secretaria de Controle Externo**, que se manifestou pelo registro do **Ato nº 473/2022-PGJ**, bem como a legalidade da planilha de proventos.

3. Vieram, então, os autos para análise e parecer ministerial.

4. É o sucinto relatório dos fatos e do direito.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Introdução

5. A Constituição da República Federativa do Brasil assegurou aos Tribunais de Contas dos Estados, por força de Norma atinente à União, presente em seu art. 71, III, mas extensível a estas Unidades Federadas por obra do art. 75 desta mesma Carta, a função de apreciar, para fins de Registro, a Legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do Ato Concessório.

6. A referida competência consiste em ato de fiscalização promovido pelo controle externo, por meio do qual os Tribunais de Contas analisam a Juridicidade e Probidade dos encargos suportados pelo Erário, cancelando o Ato Administrativo, por natureza complexo, que reconheceu o direito à obtenção da aposentadoria, pensão ou reforma.

7. Contudo, para que seja concedido tal benefício, o beneficiário deve preencher requisitos constitucionais, sob pena anulação do Ato Administrativo que o deferiu. Nesse sentido, indispensável manifestação de seu órgão Ministerial como fiscal da ordem jurídica.





2.2. Da Análise do Mérito

2.2.1. Da Revisão da Pensão por Morte

8. A Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa encaminhou o Ato nº 473/2022-PGJ, que retificou o Ato nº 524/2021-PGJ, a fim de alterar a fundamentação relacionada ao cálculo do benefício da pensão por morte, ante o **deferimento do pedido administrativo de recálculo da pensão, com a aplicação das disposições da Lei Complementar Estadual nº 721/2022**, que já havia sido concedida à beneficiária, por meio do Ato nº 524/2021-PGJ, registrado pelo Acórdão nº 621/2022–PV – Proc. 80.208-5/2021.

9. Contudo, denota-se que a unidade jurisdicionada já havia submetido os documentos relativos à concessão da pensão por morte a este Tribunal de Contas (Processo nº 80.208-5/2021) e o vertente pedido de revisão tramitou em apartado, de forma que o lapso temporal de processamento da revisão foi suficiente para que o processo inicial de pensão fosse devidamente apreciado e julgado por este Tribunal, por meio do Acórdão nº 621/2022–PV, que, entre outros, registrou o Ato nº 524/2021-PGJ.

10. É cediço que os atos de aposentação e pensão por morte ostentam natureza complexa, uma vez que só se aperfeiçoam no ordenamento jurídico após o pronunciamento final pelo Tribunal de Contas.

11. Vejamos as lições do Professor Jorge Ulisses Jacoby, em sua obra Tribunal de Contas do Brasil – Jurisdição e Competência:

Os compêndios de Direito ensinam que o ato administrativo de **aposentadoria é um ato complexo** que embora praticado por autoridade administrativa do órgão ao qual se vincula o servidor, **exige para a sua validade o registro no Tribunal de Contas**, que para tal fim tem a competência constitucional definida para apreciar a legalidade.

(...)

Os atos complexos resultam da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, cada qual com seu próprio ato, podendo um ser principal e outro(s) acessório(s); os atos compostos têm a participação de um único órgão. Enquanto no ato composto só há formalmente um ato, no complexo há mais de um ato, podendo ser pressuposto ou complementar. (FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Competência dos tribunais de contas. Tribunais de Contas do Brasil: Coleção Jacoby de Direito Público. V.





3. Belo Horizonte: Fórum, 2016. página 85. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/1648/1705/7432>. (g.n.)

12. Considerando que os atos de aposentadoria e de pensão por morte são atos complexos, que somente se aperfeiçoam com o registro pelo Tribunal de Contas, é de se concluir que o Ato nº 524/2021-PGJ teve seu regular processamento e encontra-se aperfeiçoado pelo registro por este Tribunal.

13. Assim, o correto processamento destes autos, na visão deste MP de Contas, seria o seu **apensamento aos autos principais** (Processo nº 80.208-5/2021), para análise conjunta naquele feito, onde foram analisados os requisitos para a concessão da pensão por morte. Contudo, verifica-se que fora instaurado processo em apartado e que esse tramitou individualmente nesta Corte.

14. Nada obstante, pautado nos princípios da celeridade, da economia processual e do formalismo moderado, **este MPC entende oportuno se manifestar de imediato quanto à revisão da pensão por morte, com a ressalva de que esses autos deverão ser apensados ao Processo nº 80.208-5/2021**, a fim de garantir a integridade das informações concernentes às beneficiárias, para fins de assentamento por este Tribunal.

15. Estabelece o Regimento Interno deste Tribunal de Contas no que se refere aos atos de pessoal passíveis de registro o quanto segue:

Art. 211 O Tribunal de Contas apreciará, para fins de controle e registro, a legalidade dos atos de:

(...)

II - concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão, bem como atos de anulação e revisões que importem alteração do fundamento legal da concessão inicial ou da fixação de proventos.

(...) (Negritamos)

16. Nota-se que a hipótese dos autos, qual seja, retificação do ato inicial de concessão de pensão por morte, **a fim de adequar a fundamentação referente aos proventos**, encontra-se listada no art. 211 do RI/TCE-MT.

17. Assim, considerando que o Ato nº 524/2021-PGJ, já se encontra





registrado, o MPC manifesta-se pelo registro apenas do Ato nº 473/2022-PGJ, uma vez que somente esse está pendente de análise e registro, bem como pela legalidade da planilha de benefício, no valor atual de R\$ 5.010,99.

18. Do exposto, este Ministério Público de Contas se manifesta pelo registro do Ato nº 473/2022-PGJ, publicado em 01/07/2022, bem como pela legalidade da planilha de benefício, no valor atual de R\$ 5.010,99, com o posterior apensamento destes autos ao Processo nº 80.208-5/2021, para garantia da integridade das informações concernentes aos beneficiários neste Tribunal.

2.2.2. Da nova fundamentação

19. Como relatado os autos tratam de **revisão de pensão por morte**, para fins de aplicação das disposições da Lei Complementar Estadual nº 721/2022, mormente o art. 2º e 4º, que assim versam:

Art. 2º Aos servidores públicos civis e aos membros de todos os Poderes e órgãos autônomos, a pensão por morte consistirá em renda mensal equivalente a uma cota familiar de cinquenta por cento do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou, para o servidor em atividade, cinquenta por cento do valor do último subsídio, acrescida de cotas de dez pontos percentuais por dependente, até o máximo de cem por cento.
(...)

Art. 4º É facultado ao pensionista que teve o benefício de pensão concedido sob a égide da Emenda Constitucional nº 92, de 2020, requerer, em até dois anos da publicação desta Lei Complementar, o recálculo da pensão conforme disposto no art. 2º desta Lei Complementar.
(...) (grifos nossos)

20. Como se observa do art. 4º, da LC 721/2022, o pensionista que teve concedida pensão por morte com base na ECE 92/2020, que trazia as aplicações do art. 23 da EC 103/2019, ou seja, com proventos calculados com base na aposentadoria percebida pelo servidor, caso inativo na data óbito, ou com base nos proventos que o *de cujus* faria jus caso aposentado por invalidez na data do óbito, tem a faculdade de requerer, no prazo de 02 anos, o recálculo dos seus proventos, que passaram a ser calculados sobre aposentadoria recebida pelo servidor ou, caso em atividade, sobre o valor do último subsídio.





21. Verifica-se que o pedido de recálculo formulado pela beneficiária foi tempestivo, uma vez que formulado ainda no ano de 2022, ano da edição da aludida Lei Complementar Estadual, sendo devido o recálculo do benefício de pensão por morte. Outrossim, observa-se que o valor total dos proventos informados é de **R\$ 5.010,99**, em respeito ao art. 2º, da LC 721/2022.

22. Desse modo, verificando-se nos autos que há plena compatibilidade entre o direito pleiteado e os requisitos legais exigidos, surge o direito claro a seu reconhecimento, sendo devido o registro do Ato nº 473/2022-PGJ, que concedeu a revisão do benefício de Pensão por Morte à Sra. Mariana Guerini Dresch Sartori e à menor A. L. D. S.

3. CONCLUSÃO

23. Dessa forma, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, manifesta-se pelo **registro do Ato nº 473/2022-PGJ**, publicado em 01/07/2022, bem como pela legalidade da planilha de benefício, no valor atual de **R\$ 5.010,99**, ante a aplicação das disposições da LC nº 721/2022, com o posterior **apensamento destes autos ao Processo nº 80.208-5/2021**, para garantia da completude das informações concernentes às beneficiárias assentadas neste Tribunal.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 05 de fevereiro de 2025.

(assinatura digital)¹
GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador de Contas

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

